NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 13/03/2015 - Edição 1234

Contra novos ataques, seminário em Goiânia delibera criação de Conselho Comunitário Especial

Presidente da CNTV, José Boaventura apresentou propostas para reduzir mortes em ataques a bancos e a carro-forte. Foto: SSP-GO

A diretoria da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) participou, nesta quinta-feira (12), do 1º Seminário de Segurança Pública e Privada, promovido pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO). Durante o encontro, ficou estabelecida a criação do Conselho Comunitário Especial, que tratará das providências para preservar a vida dos trabalhadores de transporte de valores e de bancos.

O encontro foi proposto pela diretoria da CNTV para que as autoridades pudessem discutir, junto com a categoria, medidas para evitar mais mortes - tendo em vista a tragédia que tirou a vida de três vigilantes no ataque a carro-forte em 1º de dezembro de 2014, entre os municípios goianos de Morrinhos e Goiatuba.

A Câmara dos Vereadores de Goiânia recebeu o evento, que contou com a participação de 400 pessoas, entre vigilantes, dirigentes sindicais, representantes de empresas de segurança e da Associação dos Bancos (Asban). Representaram o poder público local o secretário de Segurança Pública do estado, Joaquim Mesquita e o Superintendente de Inteligência da SSP-GO e Administração Penitenciária, delegado Marcelo Aires.

O presidente da CNTV, José Boaventura, apresentou dados sobre o enfrentamento aos ataques a carros-fortes e aos bancos. Com base na vulnerabilidade da atividade, foram apresentadas propostas para evitar que novos ataques ocorram. O fornecimento de melhores armamentos, a limitação do valor a ser transportado em carro-forte e a fixação de

locais seguros para abastecimento de caixas eletrônicos dentro das cidades são algumas das sugestões da entidade.

Além disso, a Confederação reforçou a importância da retirada de caixas eletrônicos de locais inseguros, a instalação de divisórias na área de atendimento dos bancos e a blindagem dos vidros das agências.

"Fomos a única entidade a apresentar propostas objetivas de combate aos ataques, complementares à legislação. O gerenciamento dos horários de abastecimento de caixas eletrônicos antes da abertura de shopping, por exemplo, é fundamental para evitar esse tipo de assalto", afirma Boaventura.

Para a diretora da CNTV e 2ª secretária Geral do Sindicato dos Vigilantes do DF, Thiana Santana, o evento foi importante para buscar estratégias de combate aos crimes contra instituições financeiras e carros-fortes, uma vez que muitos trabalhadores se tornaram vítimas desses ataques.

"É necessário pensar nos vigilantes e em como protegê-los do risco de perder suas vidas. Precisamos de mais respeito e atenção com os trabalhadores e suas famílias. A segurança pública diz respeito a todos nós, cidadãos e cidadãs", conclui Thiana.

Conselho Comunitário Especial

Para a criação do Conselho Comunitário Especial, proposto durante o Seminário, as entidades terão até 30 de março para indicar os conselheiros. De acordo com a proposta, a primeira reunião de instalação deve acontecer em abril.

"Acreditamos que, com o Conselho Comunitário, teremos mais espaço para discutir sobre a segurança pública e privada em parceria com o poder público. Além disso, a atitude da Secretaria de Segurança Pública de Goiás servirá como referência para que outros estados também implementem um canal de diálogo com os trabalhadores de segurança", conta secretário de Assuntos de Transporte de Valores da CNTV

e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, José Cícero Ferreira.

Participaram do Seminário o presidente da CNTV, José Boaventura, o secretário de Assuntos de Transporte de Valores da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, José Cícero Ferreira e os diretores da Confederação, Thiana Santana, José Maria e Márcio Britto. O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Transporte de Valores do Rio Grande do Norte (Sindforte/RN), Tertuliano Santiago, também compareceu ao evento.

Fonte: CNTV

Vigilantes do RS encerram greve e voltam ao trabalho nesta sexta-feira

Em greve desde segunda-feira, os vigilantes aceitaram encerrar a paralisação até a próxima quarta-feira, para quando foi marcada a assembleia da categoria. Nesta sexta, eles retornaram ao trabalho.

O acordo entre o Sindicato dos Vigilantes (SindiVigilantes do Sul) e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado (Sindesp) foi firmado em audiência no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) na tarde desta quinta-feira. As informações são da Rádio Gaúcha.

Por representar mais de 370 municípios do Estado, o sindicato pedia pelo menos cinco dias para organizar a assembleia. Em razão disso, a desembargadora Ana Luiza Kruse, responsável pela mediação, sugeriu o encerramento do movimento, até a realização do encontro. Em reunião na Praça da Alfândega, no fim do dia, a categoria aceitou o acordo.

Ainda assim, o presidente do sindicato, Loreni dos Santos Dias, afirma que a proposta não avançou e segue abaixo do reivindicado. "São os trabalhadores que vão escolher, mas eu acho que vai ser rejeitada, pois não tivemos nada novo", ressalta.

Já a entidade patronal se reunirá na segunda-feira para analisar a possibilidade de aumentar o vale-alimentação de R$15,50 para R$15,70. Os patrões também se comprometeram a não fazer retaliações aos grevistas, como demissões e desconto das horas paradas. O aumento do índice de reajuste salarial também não foi aceito. Ainda ficou estipulado que os vigilantes terão 10 minutos diários para a troca do uniforme.

Nesta quarta, os trabalhadores haviam rejeitado a proposta do Sindesp e decidido permanecer com a mobilização. Em reunião de negociação, as empresas ofereceram aumento de R$ 0,30 no valor do vale-alimentação, que fica em R$ 15,50. Já a categoria pedia R$ 18. O índice do reajuste salarial foi mantido em 7,16%, enquanto a reivindicação é de 12%.

Fonte: Zero Hora

Audiência dos vigilantes patrimoniais do RN no TRT termina sem acordo

Representantes dos vigilantes patrimoniais e das empresas de segurança privada participaram na tarde desta quinta-feira (12) da última audiência de negociação sobre a data-base dos trabalhadores

Sindicato apresentou proposta de acordo para dois anos, com reajuste salarial imediato de 7,5%

Depois de duas horas de reunião no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RN) representantes do Sindsegur (Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes) e da CNTV (Confederação Nacional dos Vigilantes) informaram aos trabalhadores que aguardavam do lado de fora do prédio que não houve acordo e a decisão irá para julgamento. "Os empresários maquiaram a proposta que foi dada pela desembargadora para dar um reajuste bem abaixo do que havia sido acordado na reunião passada", afirmou Jervalino Bispo, secretário de Finanças da CNTV.

O assessor jurídico da CNTV, Jonas Duarte, esclarece que os empresários "pegaram a média dos salários do Nordeste brasileiro, que é muito inferior no Rio Grande do Norte, e aplicaram os 12%. Isso, na prática, deixa o reajuste em menos de 7% se levarmos em consideração o salário dos trabalhadores potiguares".

O Sindsegur apresentou a proposta de um acordo para dois anos, com 7,5% de reajuste salarial imediato. Além do INPC, mais 1% de reajuste, e o vale alimentação de 15 reais para 2016. Sem acordo nas negociações agora a decisão sobre a data-base da categoria caberá à Justiça do Trabalho. "Ficou claro na reunião que os empresários tentaram enganar os vigilantes com uma proposta vergonhosa. Então, nós preferimos deixar nas mãos do poder judiciário, pois acreditamos que a justiça será feita", afirmou o coordenador geral do Sindesegur, Francisco Benedito (Bené).

Como vai a julgamento, a categoria, que já fez três dias de greve, vai traçar a continuidade da mobilização da campanha salarial.

Fonte: Sindsegur/RN

Contratação de mulher para vigilância em banco vira lei no ES

A partir de agora, instituições financeiras do Estado são obrigadas a ter, pelo menos, uma vigilante para revista em mulheres. Iniciativa da deputada Janete de Sá (PMN), a Lei 10.351 foi promulgada pela Assembleia e publicada no Diário do Poder Legislativo, depois que o veto do Governo à matéria ter sido derrubado no último dia 3, por 21 votos a seis.

Deputada Janete de Sá

A proposta tem como objetivo evitar que as clientes fiquem constrangidas ao serem revistadas por vigilantes e preservar a intimidade e moral do público feminino. A matéria contempla o público feminino, resguardando a integridade de sua intimidade e dignidade, diz o autor na justificativa da matéria.

A medida é válida para bancos, sociedades de crédito, associações de poupança, casas lotéricas, agências dos Correios, correspondentes bancários e cooperativas singulares de crédito. Os estabelecimentos que não cumprirem a regra ficam sujeitos às seguintes penalidades: advertência, com prazo de 90 dias da data de notificação para adequação; e multa de até 2 mil Valores de Referência do Tesouro Estadual (VRTEs), o equivalente a R$ 5,3 mil.

Fonte: Assembleia Legislativa do ES

Fala CNTV

Para a secretária de Mulheres da Confederação Nacional dos Vigilantes, Elenilde Ilorca, além dos benefícios para as clientes, a medida eleva também as chances das mulheres no mercado e trabalho e passa a valorizar as qualidades subjetivas femininas. “As mulheres são tão competentes quanto os homens. Durante o treinamento, realizamos as mesmas tarefas”, explica.

“Essa lei deveria se estender para todo o território nacional”, completou.

Fonte: CNTV

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico: Anibal Bispo
Diagramação: Joanna Alves

site: www.cntv.org.br
email:cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF